



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA RELAÇÕES PÚBLICAS

DATA DA PROVA 15/05/2026

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 30 (trinta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões 01 a 15.

O cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada

Há personagens que definem uma época com mais precisão do que tratados sociológicos inteiros. Um deles é o cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada. Ele não precisa estudar longamente um assunto, acompanhar seu desenvolvimento nem suportar o desconforto da incerteza. Basta-lhe uma manchete mal lida, um vídeo de quarenta segundos, um comentário indignado e, pronto, já se sente habilitado a emitir parecer sobre economia, diplomacia, medicina, educação infantil, geopolítica, trânsito, clima, comportamento e, em dias de maior brilho intelectual, até sobre a decadência da civilização ocidental antes do almoço.

Trata-se de uma figura admirável em sua produtividade. Onde o pesquisador hesita, ele conclui. Onde o especialista pondera, ele simplifica. Onde a realidade apresenta camadas, tensões, ambiguidades e dados contraditórios, ele comparece com o talento cirúrgico de quem resolve tudo a golpes de frase curta. O mundo, para esse cidadão, não é um problema a compreender, mas uma oportunidade permanente de posicionamento. E posicionar-se, hoje, parece ter adquirido o prestígio que antes cabia a compreender.

É curioso observar como essa inflação opinativa convive com uma inflação ainda maior de certeza. O sujeito contemporâneo já não considera a dúvida um estágio legítimo da inteligência. Trata-a quase como deficiência de caráter. Ter opinião virou sinal de presença. Ter opinião imediata, sinal de agilidade. Ter opinião firme sobre assunto mal conhecido, sinal de personalidade. E assim se formou uma estranha pedagogia da convicção: aprende-se menos para afirmar mais. A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento. Hoje, raciocinar com calma quase soa como atraso logístico.

Há nisso uma vaidade discreta, mas poderosa. Opinar sobre tudo dá ao sujeito a sensação de centralidade. Ele não participa apenas do mundo; julga-o continuamente. É uma forma de soberania portátil. Com um aparelho na mão e uma certeza no bolso, qualquer um pode transformar a própria impressão em sentença, o próprio incômodo em tese, a própria irritação em análise social. O problema não está em ter opinião, claro. Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia. O problema começa quando a opinião deixa de ser resultado de um percurso mental e passa a funcionar como substituta dele.

Nesse ambiente, a dúvida perdeu prestígio. E isso é grave, porque a dúvida, quando honesta, não empobrece o pensamento: ela o depura. Duvidar não é fraquejar diante do mundo, mas recusar-se a tratá-lo como caricatura. A dúvida obriga a perguntar melhor, a rever premissas, a desconfiar do próprio entusiasmo e, às vezes, a suportar o pequeno vexame de descobrir que o outro viu antes o que ainda não havíamos percebido. Não é uma experiência confortável. Talvez por isso esteja tão fora de moda.

O cidadão que opina sobre tudo prefere outro caminho. Ele economiza etapas. Em vez de investigar, pressente. Em vez de

comparar, reage. Em vez de compreender a complexidade, administra rótulos. Sua inteligência opera por atalhos emocionais: se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa. E improvisa com admirável serenidade. Afinal, a ignorância, quando bem acompanhada de autoconfiança, costuma circular socialmente com a elegância de uma convicção madura.

Mas há um preço nessa facilidade. Uma cultura que premia a certeza instantânea vai tornando suspeita a reflexão mais lenta. Aos poucos, o sujeito deixa de perguntar "será?" e passa a perguntar apenas "quem concorda?". O pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida. A conversa pública empobrece, não por falta de voz, mas por excesso de vereditos. Fala-se muito, examina-se pouco. Discorda-se com velocidade, compreende-se com preguiça. É a realidade, que não se organiza para caber em frases apressadas, acaba reduzida ao tamanho de nossas impaciências.

Talvez a virtude intelectual mais urgente do nosso tempo seja justamente aquela que menos rende aplauso: a modéstia de não concluir cedo demais. Num mundo lotado de opiniões prontas, dizer "ainda estou pensando" tem algo de coragem civilizatória. Porque o contrário da ignorância nem sempre é o conhecimento; às vezes, é apenas uma certeza barulhenta. E toda certeza que chega cedo demais corre o risco de ser apenas preguiça com boa dicção.

Fonte: Banca Examinadora.

1. A leitura global do texto permite concluir que a crítica central do autor dirige-se à

- A) expansão do repertório temático do cidadão comum, agora mais presente em assuntos antes restritos a especialistas.
- B) substituição das mídias tradicionais por redes digitais, com perda do prestígio dos especialistas no debate público.
- C) valorização social da certeza rápida, que converte opinião apressada em prestígio simbólico e esvazia o lugar da dúvida.
- D) dificuldade de acesso a informações técnicas, vista como causa principal da participação superficial em temas complexos.
- E) presença crescente de assuntos especializados na vida comum, quadro que exige maior mediação institucional da pesquisa.

2. No contexto do texto, a expressão "pedagogia da convicção" sugere a formação de um ambiente em que

- A) a argumentação se legitima após confronto demorado entre versões, fontes e dados contraditórios.
- B) a opinião se fortalece quando nasce de revisão cautelosa de hipóteses e premissas iniciais.
- C) a hesitação intelectual é tratada como etapa produtiva do conhecimento e sinal de maturidade.
- D) a dúvida conserva prestígio porque impede conclusões apressadas e simplificações indevidas.
- E) aprende-se a afirmar com segurança antes de investigar com rigor, convertendo rapidez em traço de personalidade.

3. Assinale a alternativa que apresenta uma informação explicitamente afirmada no texto.

- A) Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia.
- B) A vida pública contemporânea deixou de admitir completamente a presença de dúvidas honestas.
- C) crescimento das opiniões prontas decorre diretamente da redução do nível médio de escolaridade.
- D) A circulação de convicções maduras depende do enfraquecimento da participação de especialistas no debate.
- E) A rapidez argumentativa constitui hoje o principal critério de validação intelectual em espaços científicos.

4. Quanto à organização discursiva e à finalidade predominante, o texto caracteriza-se, de modo mais correto, como:

- A) reportagem analítica, voltada à exposição neutra de fatos recentes relacionados à opinião pública.
- B) artigo administrativo, voltado à normatização do comportamento discursivo em ambientes institucionais.
- C) crônica memorialista, centrada em recordações pessoais do autor acerca do debate nas redes sociais.
- D) texto argumentativo de feição ensaística, voltado à reflexão crítica sobre um comportamento social contemporâneo.
- E) editorial científico, voltado à apresentação objetiva de resultados de pesquisa sobre cognição e linguagem.

5. A referência a "tratados sociológicos inteiros" e à "decadência da civilização ocidental antes do almoço" serve, no texto, principalmente para

- A) aproximar o texto do discurso científico, reforçando a legitimidade acadêmica das observações do narrador.
- B) ironizar a pretensão de erudição de quem opina superficialmente sobre temas vastos e complexos.
- C) demonstrar que temas civilizatórios exigem opiniões rápidas, ainda que baseadas em informação insuficiente.
- D) defender o comentário breve como forma mais eficiente de síntese diante da complexidade do mundo.
- E) sugerir que o cidadão comum deve disputar com os especialistas o monopólio dos grandes diagnósticos sociais.

6. No desfecho do texto, a "modéstia de não concluir cedo demais" aparece como

- A) reação intelectual à cultura que premia a certeza instantânea e converte o pensamento em torcida.
- B) estratégia retórica para ampliar o efeito irônico das críticas dirigidas ao cidadão excessivamente opinativo.
- C) forma de neutralizar as emoções, tomadas pelo autor como incompatíveis com qualquer ato de pensar.

D) defesa da suspensão permanente do juízo, tratada como postura ideal diante de qualquer controvérsia.

E) proposta de recolhimento do indivíduo ao espaço privado, afastando-o das discussões públicas conflituosas.

7. A linguagem empregada no texto caracteriza-se, sobretudo, por

- A) alternância entre marcas regionais e traços de oralidade popular, com predominância de registro coloquial.
- B) uso sistemático de terminologia técnica, o que aproxima o texto de um relatório de linguagem especializada.
- C) equilíbrio entre registro culto e imagens expressivas do cotidiano, o que amplia a força crítica da argumentação.
- D) reprodução direta da fala digital, com abreviações e marcas de informalidade típicas de aplicativos de mensagem.
- E) padronização sintática rígida, sem recurso a metáforas ou contrastes avaliativos no desenvolvimento do tema.

8. No trecho "Basta-lhe uma manchete mal lida", o termo "lhe" classifica-se corretamente como

- A) pronome demonstrativo átono, empregado por atração sintática implícita no início da oração.
- B) pronome relativo, empregado para introduzir uma oração subordinada de valor adjetivo.
- C) pronome pessoal reto, deslocado para antes do verbo em razão do valor impessoal da construção.
- D) pronome indefinido oblíquo, empregado em mesóclise por causa do caráter hipotético do enunciado.
- E) pronome pessoal oblíquo átono, com função de complemento indireto, empregado em ênclise porque o verbo inicia a oração.

9. Em "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", o termo "que" exerce a função de

- A) conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva explicativa.
- B) pronome relativo, introduzindo oração subordinada adjetiva explicativa, que retoma o termo "pressa".
- C) conjunção causal, introduzindo oração subordinada adverbial de causa.
- D) partícula expletiva, empregada para reforçar a progressão argumentativa do período.
- E) pronome interrogativo, empregado para retomar "pressa" por mecanismo de antecipação.

10. No segmento "se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa", o termo "se", considerando seu valor na articulação das orações, classifica-se como:

A) pronome apassivador, pois converte o complemento verbal em sujeito paciente das ações enunciadas.

B) índice de indeterminação do sujeito, pois desfoca o agente e generaliza a conduta descrita.

C) conjunção integrante, pois introduz orações que completam o sentido do verbo principal do período.

D) conjunção subordinativa condicional, pois estabelece a hipótese a partir da qual se produz a ação seguinte.

E) partícula de realce, pois atua apenas como reforço rítmico no paralelismo sintático do enunciado.

11. Assinale a alternativa em que a concordância verbal e nominal está de acordo com a norma-padrão.

A) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

B) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

C) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

D) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

E) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitos em ambientes de certeza instantânea.

12. Assinale a alternativa correta quanto à regência e ao emprego do sinal indicativo de crase.

A) texto alude a vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

B) texto alude na vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

C) texto alude à vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

D) texto alude à vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

E) texto alude a vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

13. Na passagem "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", a locução verbal "havia invadido" exprime

A) ação futura observada retrospectivamente a partir de um marco narrativo já encerrado.

B) ação habitual em progresso, apresentada como traço permanente do tempo da enunciação.

C) ação eventual projetada como consequência da aceleração das práticas comunicativas modernas.

D) ação concluída no presente, descrita como resultado imediato de um processo social recorrente.

E) ação anterior a outro fato passado, expressa pelo pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo.

14. No trecho "o pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida", a expressão "vira torcida" constitui, predominantemente:

A) metonímia, porque um termo concreto substitui o conceito abstrato presente no enunciado.

B) metáfora, porque um campo de experiência é transferido para outro com valor crítico.

C) eufemismo, porque o enunciado suaviza a crítica à perda da complexidade do pensamento.

D) hipérbole, porque o trecho amplia excessivamente a consequência social da opinião apressada.

E) silepse, porque a concordância se organiza pelo sentido e não pela forma expressa.

15. Assinale a alternativa que reescreve "Fala-se muito, examina-se pouco", preservando o sentido, respeitando a norma-padrão e deslocando "muito" e "pouco" para antes dos verbos, com colocação pronominal adequada.

A) Fala-se muito e examina-se pouco.

B) Muito fala-se, pouco examina-se.

C) Se fala muito, se examina pouco.

D) Muito se fala, pouco se examina.

E) Fala-se muito, pouco examina-se.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. No campo da comunicação organizacional, as Relações Públicas possuem função estratégica distinta de outras áreas. Nesse contexto, seu objetivo primordial em instituições públicas é:

A) Estabelecer e manter fluxos mútuos de comunicação, compreensão, aceitação e cooperação entre a organização e seus públicos.

B) Desenvolver campanhas de marketing voltadas à comercialização de serviços institucionais.

C) Produzir conteúdos jornalísticos exclusivamente para a mídia de massa.

D) Substituir a transparência administrativa por estratégias de persuasão institucional.

E) Exercer atividades de natureza jurídica na defesa institucional.

17. No âmbito da comunicação organizacional, o mapeamento de stakeholders é fundamental para o planejamento de ações institucionais. Considerando a Teoria dos Públicos, associações de moradores e organizações não governamentais que atuam na defesa de direitos sociais são classificadas como:

A) Público interno.

B) Público externo.

- C) Público misto.
- D) Público inexistente.
- E) Público operacional.

18. CENÁRIO: O MP-BA sofre um vazamento de dados internos devido a um ataque hacker, gerando insegurança na população sobre o sigilo das denúncias. Como integrante da equipe de Relações Públicas, você deve auxiliar na gestão de crise. Sob a ótica da comunicação preventiva e reparadora, a primeira ação técnica recomendada é:

- A) Negar a ocorrência do ataque até que o sistema seja totalmente restaurado pelo setor de TI.
- B) Divulgar imediatamente os nomes dos suspeitos do ataque, mesmo sem provas, para desviar a atenção da crise.
- C) Ativar o comitê de crise, estabelecer um porta-voz único e emitir nota oficial transparente orientando os públicos sobre as medidas de segurança adotadas.
- D) Bloquear todos os comentários de cidadãos nas redes sociais para impedir críticas à reputação institucional.
- E) Delegar a responsabilidade total da comunicação ao setor de informática, pois a crise é estritamente tecnológica.

19. Na organização de eventos oficiais, devem ser observadas as normas de cerimonial público e a ordem geral de precedência. De acordo com o Decreto nº 70.274/1972, na composição de mesa de abertura em âmbito estadual, a precedência entre o Governador do Estado e o Procurador-Geral de Justiça estabelece que:

- A) O Procurador-Geral de Justiça precede o Governador.
- B) O Reitor de universidade precede ambas as autoridades em eventos acadêmicos.
- C) A precedência é definida pela organização do evento.
- D) O Governador do Estado precede o Procurador-Geral de Justiça.
- E) Não há ordem de precedência em eventos institucionais.

20. No âmbito da comunicação pública digital, a transparência e o acesso à informação devem orientar a interação com os cidadãos. Diante de solicitação sobre remuneração de agente público em redes sociais institucionais, e considerando a Lei nº 12.527/2011, a conduta adequada é:

- A) Ignorar a solicitação.
- B) Bloquear o solicitante por se tratar de informação pessoal.
- C) Responder de forma inadequada, sem prestar esclarecimentos.
- D) Orientar o acesso ao Portal da Transparência, considerando o caráter público da informação.
- E) Compartilhar credenciais internas para consulta direta.

21. No planejamento estratégico de comunicação institucional, a etapa de diagnóstico é fundamental para a definição das ações. Essa etapa consiste primordialmente em:

- A) Coletar e analisar dados internos e externos, avaliando o cenário institucional e identificando necessidades de comunicação.
- B) Definir peças de comunicação e alocação de recursos.
- C) Avaliar resultados após a execução das ações.
- D) Elaborar conteúdos sem análise prévia do contexto.
- E) Desconsiderar dados e pesquisas anteriores.

22. Na elaboração de convites oficiais para cerimônias institucionais, devem ser observadas as normas de tratamento protocolar adotadas na administração pública e no meio jurídico. Nesse contexto, o pronome de tratamento adequado para se dirigir a membro do Ministério Público em convite formal é:

- A) Vossa Senhoria.
- B) Vossa Excelência.
- C) Vossa Magnificência.
- D) Vossa Reverendíssima.
- E) Vossa Eminência.

23. Em situações de interação com a imprensa, a preparação de porta-vozes institucionais envolve a adequação da linguagem para garantir a compreensão pelo público em geral. Nesse contexto, a orientação para evitar termos técnicos excessivos caracteriza qual técnica de comunicação?

- A) Auditoria de imagem.
- B) Lobbying governamental.
- C) Media training.
- D) Clipping de mídia.
- E) Marketing de emboscada.

24. Um dos pilares da comunicação integrada nas organizações é garantir a coerência entre o discurso institucional e as práticas internas. Nesse contexto, a atuação das Relações Públicas deve assegurar que:

- A) O público interno receba informações após sua divulgação externa.
- B) A comunicação institucional possa omitir informações negativas.
- C) A comunicação interna tenha caráter exclusivamente vertical.
- D) As comunicações institucional, interna e administrativa atuem de forma integrada para fortalecer a cultura e a reputação organizacional.
- E) O acesso às informações institucionais seja restrito aos públicos internos.

25. No monitoramento de mídias sociais, a análise de sentimento é utilizada para interpretar a percepção do público em relação a conteúdos institucionais. Nesse contexto, essa técnica tem como finalidade:

- A) Aplicar sanções a usuários que realizam críticas.
- B) Obter acesso a informações privadas dos usuários.
- C) Controlar a distribuição algorítmica de conteúdos.
- D) Remover automaticamente interações negativas.
- E) Identificar a percepção do público como positiva, negativa ou neutra, subsidiando a tomada de decisões em comunicação.

26. A Reputação Institucional de um órgão público como o Ministério Público da Bahia é construída ao longo do tempo. Segundo a teoria de RP, a diferença fundamental entre "Imagem" e "Reputação" é:

- A) A Imagem é a percepção imediata e fragmentada do público em um dado momento; a Reputação é o juízo de valor consolidado baseado no histórico de conduta e confiança.
- B) A Imagem é o que a organização gasta com publicidade; a Reputação é o que ela gasta com eventos presenciais.
- C) Reputação é um termo usado apenas para empresas privadas, enquanto Imagem aplica-se apenas ao setor público.
- D) Não há diferença técnica entre os termos, sendo usados como sinônimos em qualquer planejamento de comunicação.
- E) Imagem refere-se apenas ao logotipo oficial; Reputação refere-se apenas ao currículo do Procurador-Geral.

27. Após a realização de eventos institucionais, a fase de pós-evento é essencial no planejamento em Relações Públicas. Essa etapa tem como finalidade:

- A) Eliminar registros do evento.
- B) Avaliar resultados, registrar aprendizados e fortalecer o relacionamento com os públicos envolvidos.
- C) Planejar ações futuras sem considerar avaliações anteriores.
- D) Restringir a manifestação dos participantes.
- E) Destinar recursos materiais para fins alheios ao planejamento institucional.

28. De acordo com o Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas, no exercício de suas funções no Ministério Público, é vedado ao profissional:

- A) Divulgar informações verdadeiras sobre os canais de atendimento ao cidadão.
- B) Apoiar a Assessoria de Imprensa no atendimento a jornalistas de diferentes veículos.
- C) Aceitar tarefas que contrariem os princípios da dignidade humana ou que visem à fraude e à desinformação.

D) Participar de reuniões de planejamento estratégico junto à alta gestão do órgão.

E) Zelar pela reputação da profissão e cumprir as normas do sistema CONRERP/CONFERP.

29. A Comunicação Institucional do MP-BA tem como uma de suas metas promover a "Cidadania Ativa". Nesse sentido, o profissional de RP, ao planejar ações de comunicação, deve entender que o Ministério Público é um "sistema aberto". Isso significa que:

- A) Qualquer pessoa pode entrar nas salas de arquivo e retirar processos físicos sem autorização.
- B) A instituição é hermética e deve ignorar as pressões e necessidades do meio externo para ser imparcial.
- C) O site oficial deve ficar sem senhas de proteção para que hackers ajudem na segurança dos dados.
- D) A organização interage constantemente com o ambiente externo, sofrendo influências e influenciando a sociedade em que está inserida.
- E) O Ministério Público só atende pessoas que possuem acesso à internet banda larga.

30. Cenário: Um cidadão entra em contato com o MP-BA via Instagram reclamando da falta de saneamento básico em seu bairro. Como estagiário de RP, ao responder a essa interação seguindo as boas práticas de Comunicação Digital e Relacionamento, você deve:

- A) Ignorar o comentário por se tratar de um problema técnico da prefeitura e não do Ministério Público.
- B) Excluir o comentário do cidadão para evitar que outros reclamem do mesmo problema no perfil oficial.
- C) Responder apenas com um *emoji* de sorriso para demonstrar simpatia, sem dar orientações práticas.
- D) Bloquear o usuário, alegando que o Instagram do MP-BA serve apenas para postar fotos comemorativas de eventos.
- E) Agradecer o contato, validar a importância da denúncia e orientar o cidadão sobre como oficializar a reclamação via Ouvidoria do MP-BA.